

# O balanço positivo do Fundef

**A**o apresentar ao presidente da República o balanço do primeiro ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o ministro Paulo Renato Souza assinalou vários ganhos em matéria de políticas sociais. O Fundef recuperou o estatuto social do professor primário, humilhado, em muitos municípios do Norte e do Nordeste, com uma remuneração de meio salário mínimo, ou menos. Promoveu diminuição dos desequilíbrios, engordando a receita de municípios pobres das áreas metropolitanas e das regiões menos desenvolvidas do País. E aumentou em 6% o número das matrículas no ensino fundamental, atingindo aparentemente o atendimento completo à faixa etária dos 7 aos 14 anos.

O grande mérito do Fundef está, porém, na correção da distorção crônica da política educacional brasileira, que promovia o crescimento do topo da pirâmide do sistema escolar, sem que houvesse cobertura suficiente dos níveis inferiores. Essa priorização do ensino superior em detrimento da educação básica, vezo notoriamente elitista, mostrava quanto os governos estavam distantes da verdadeira política social, que tem na universalização e qualificação do ensino fundamental pú-

blico seu mais decisivo indicador.

No pequeno município de Girau do Ponciano, no agreste alagoano, a secretária de Educação proclama: "Agora ser professor aqui é um luxo." E não se trata de deslumbramento fútil, nem a transformação é caso isolado de Girau do Ponciano. No Brasil todo, os salários dos docentes cresceram entre 10% e 33,3%, graças à complementação que lhes levou o governo da União, através do Fundef. Só no ano passado, essa complementação teve um aumento de 68% no conjunto do Nordeste, com picos de 1.050% em Alagoas, 451,9% na Paraíba e 168% em Pernambuco.

O Fundef trouxe receita adicional para as prefeituras de 2.703 municípios brasileiros. Dentre estes, 2.159 estão nas regiões ou áreas metropolitanas mais pobres do País, onde o valor antes aplicado por aluno/ano era inferior a R\$ 315,00; podendo em muitos casos – 308 municípios – cair para menos de R\$ 100,00. E não apenas em municípios pequenos, em que os recursos do Fundef representam mais que a arrecadação fiscal e mais que as alíquotas do Fundo de Participação dos Municípios. Na área metropolitana do Rio de Janeiro, o incremento financeiro trazido pelo Fundef representou ganhos de 897% no município de São Gon-

çalo, de 350% no de Japeri e de 337% no de Belfort Roxo. Isso desnuda a situação de carência a que foi abandonada a educação nesses municípios, apesar da ostentação dos Cieps: o que eles receberam a mais reflete o que tinham a menos em matéria de atendimento adequado na rede pública de ensino fundamental de crianças e jovens.

Com o aumento das matrículas em 6%, o Brasil estaria se aproximando dos índices registrados nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não fosse por duas distorções que as aplicações do Fundef terão que corrigir: a perda média de 15% em relação às matrículas iniciais, e a defasagem entre a faixa etária do aluno e a série em que está matriculado. Essas distorções concentram-se em 60% no Nordeste e são causadas sobretudo pela repetência. Isso deixa o País com uma taxa de escolaridade líquida bem distante das daquele grupo de 27 nações ricas e industrializadas.

O grande feito do Fundef é ser um duplo marco: de realização do que as constituições brasileiras vinham em vão prescrevendo

sobre a responsabilidade conjunta da União, Estados e municípios pelo ensino fundamental; e de inversão de uma política que parecia definitivamente cristalizada, privilegiando sempre o ensino superior e deixando à mínima o ensino fundamental. Em todos os países do mundo, as ta-

xas de crescimento do sistema educacional, do ensino fundamental ao universitário, têm ritmo harmônico. No Brasil, parecia que caminhávamos para o

paradoxo de ter

universidades de Primeiro Mundo, para alunos que traziam deficiências de formação e aprendizagem típicas do Terceiro Mundo. Basta reportar-se à evolução na década de 70: a pós-graduação cresceu 31%, enquanto o ensino de graduação ficava em 12%, o ensino médio em 11% e o ensino fundamental em 4%. Tãxa esta que nos primeiros anos 90 cairia para os 3,5%; enquanto a do ensino universitário se mantinha em 12%. O porquê dessa distorção gritante e prolongada é fácil de entender: nos círculos de decisão, de onde sai a destinação dos recursos públicos, falavam mais alto os que mais concentravam riqueza e poder.

**O Fundef permitiu  
ao governo  
apresentar vários  
ganhos em  
matéria de  
políticas sociais**